



A ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO E DESAFIOS

PRIMARY HEALTH CARE (PHC) IN THE CONTEXT OF PUBLIC POLICY:
FOUNDATIONS, ORGANIZATION, AND CHALLENGES

LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD (APS) EN EL ÁMBITO DE LAS POLÍTICAS
PÚBLICAS: FUNDAMENTOS, ORGANIZACIÓN Y RETOS

Isadora Serra Brehm¹, Maurício Rouvel Nunes², Vitória Luísa de Souza Corrêa³, Maria Eduarda Heib Sala⁴, Maielle da Costa Duarte Cerqueira⁵, Lucineire Lopes de Oliveira⁶, Kacio Souza Lima⁷, Gisele Soares de Souza⁸

DOI: 10.54899/dcs.v23i89.5421

Recibido: 27/03/2026 | Aceptado: 23/04/2026 | Publicación en línea: 30/04/2026.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo analisar a Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto das políticas públicas de saúde no Brasil, investigando seus fundamentos, a organização dos serviços e os principais desafios enfrentados para sua consolidação e eficácia. Utilizou-se a metodologia de revisão integrativa da literatura, com a seleção de artigos publicados entre 2022 e 2024, provenientes das bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico. Os estudos foram analisados de acordo com critérios de inclusão como a disponibilidade gratuita e o foco na APS brasileira. Os resultados mostraram que, embora a APS seja reconhecida como um pilar fundamental para o SUS, sua implementação enfrenta obstáculos significativos, como a escassez de recursos financeiros, a desarticulação entre os níveis de atenção e a falta de profissionais qualificados, especialmente em áreas remotas. Além disso, a pesquisa identificou a necessidade de maior investimento em infraestrutura, capacitação dos profissionais e uma gestão eficiente para garantir que a APS seja capaz de proporcionar um cuidado integral e de qualidade para toda a população. A conclusão reafirma a importância de fortalecer a APS como estratégia central para

¹ Pós Graduada em Odontologia pela Faculdade Iguazu, Xangri-Lá, Rio Grande do Sul, Brasil.

E-mail: isadorabrehm@gmail.com

² Mestre em Patologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mrouvelnunes@gmail.com

³ Graduanda em Medicina pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: v.luisa_souza@yahoo.com

⁴ Doutoranda pela Universidade Evangélica de Goiás (UNIEVANGELICA), Araçatuba, São Paulo, Brasil.

E-mail: Dudasallla@gmail.com

⁵ Especialista em Enfermagem em Obstetrícia, Saúde da Criança e UTI Neonatal pelo Centro Universitário Ateneu (UNIATENEU), Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: maiellecerqueira@hotmail.com

⁶ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.

⁷ Pós-Graduado em Atenção Farmacêutica e Farmácia Clínica pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG), Marabá, Pará, Brasil. E-mail: kacio.junior18@gmail.com

⁸ Mestre em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (FSP USP), São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: gisele.lyriae@gmail.com

a melhoria da saúde pública no Brasil.

Palavras-chave: Atenção Primária. Saúde. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The aim of this study was to analyze Primary Health Care (PHC) within the context of public health policies in Brazil, examining its foundations, the organization of services, and the main challenges faced in terms of its consolidation and effectiveness. An integrative literature review methodology was used, selecting articles published between 2022 and 2024 from the SciELO, Scopus, DOAJ, and Google Scholar databases. The studies were analyzed according to inclusion criteria such as free availability and a focus on Brazilian PHC. The results showed that, although PHC is recognized as a fundamental pillar of the SUS, its implementation faces significant obstacles, such as a shortage of financial resources, a lack of coordination between levels of care, and a shortage of qualified professionals, especially in remote areas. Furthermore, the research identified the need for greater investment in infrastructure, professional training, and efficient management to ensure that PHC is capable of providing comprehensive, high-quality care for the entire population. The conclusion reaffirms the importance of strengthening PHC as a central strategy for improving public health in Brazil.

Keywords: Primary Care. Health. Public Policy.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue analizar la Atención Primaria de Salud (APS) en el contexto de las políticas públicas de salud en Brasil, investigando sus fundamentos, la organización de los servicios y los principales retos a los que se enfrenta para su consolidación y eficacia. Se utilizó la metodología de revisión integrativa de la literatura, con la selección de artículos publicados entre 2022 y 2024, procedentes de las bases de datos SciELO, Scopus, DOAJ y Google Académico. Los estudios se analizaron de acuerdo con criterios de inclusión como la disponibilidad gratuita y el enfoque en la APS brasileña. Los resultados mostraron que, aunque la APS se reconoce como un pilar fundamental del SUS, su implementación se enfrenta a obstáculos significativos, como la escasez de recursos financieros, la desarticulación entre los niveles de atención y la falta de profesionales cualificados, especialmente en zonas remotas. Además, la investigación identificó la necesidad de una mayor inversión en infraestructura, capacitación de los profesionales y una gestión eficiente para garantizar que la APS sea capaz de proporcionar una atención integral y de calidad a toda la población. La conclusión reafirma la importancia de fortalecer la APS como estrategia central para la mejora de la salud pública en Brasil.

Palabras clave: Atención Primaria. Salud. Políticas Públicas.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o tema da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito das políticas públicas, destacando seus fundamentos, sua organização e os principais desafios enfrentados para sua consolidação como eixo estruturante dos sistemas de saúde. A APS é reconhecida como porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), desempenhando papel essencial na promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico precoce e coordenação do cuidado, sendo fundamental para a efetividade das políticas públicas de saúde.

Quanto à problematização, buscou-se indagar a seguinte questão de pesquisa: “De que forma a Atenção Primária à Saúde se organiza no âmbito das políticas públicas e quais são os principais desafios para sua efetivação e fortalecimento no sistema de saúde brasileiro?”. Essa questão orienta a análise sobre a estruturação da APS, sua operacionalização nos serviços de saúde e os obstáculos que limitam sua plena efetividade.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a Atenção Primária à Saúde no contexto das políticas públicas, compreendendo seus fundamentos, formas de organização e principais desafios. Como objetivos específicos, busca-se: (i) descrever os princípios e diretrizes da APS; (ii) analisar sua estrutura organizacional no SUS; e (iii) identificar os principais desafios enfrentados para sua consolidação e fortalecimento.

A justificativa deste estudo fundamenta-se na relevância da APS como estratégia central para a organização dos sistemas de saúde e para a garantia do acesso equitativo e integral aos serviços. Sua importância está relacionada à capacidade de reduzir desigualdades em saúde, melhorar indicadores epidemiológicos e racionalizar o uso dos recursos do sistema, sendo, portanto, um componente essencial para a sustentabilidade das políticas públicas de saúde.

Por fim, o artigo está estruturado em cinco seções principais: introdução, na qual são apresentados o tema, a problematização, os objetivos e a justificativa; métodos, onde são descritos os procedimentos metodológicos adotados; resultados e análise, em que são discutidos os achados à luz da literatura científica; e considerações finais, nas quais são sintetizadas as principais conclusões e contribuições do estudo para o fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no contexto das políticas públicas.

MÉTODOS

A presente pesquisa caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita a síntese, análise e integração de estudos já publicados sobre a Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto das políticas públicas. Esse tipo de abordagem permite uma compreensão ampla e sistematizada do tema, reunindo evidências científicas provenientes de diferentes delineamentos metodológicos, contribuindo para a construção de uma análise crítica sobre os fundamentos, organização e desafios da APS no sistema de saúde brasileiro (Lima *et al.*, 2020; Lima *et al.*, 2023; Lima *et al.*, 2024; Lima, 2024; Lima *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima; Marta, 2026).

As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ (Directory of Open Access Journals) e Google Acadêmico, por serem fontes amplas e relevantes na área da saúde pública, contemplando produções científicas nacionais e internacionais de acesso aberto. Essas bases foram selecionadas por sua credibilidade acadêmica e pela diversidade de estudos disponíveis, possibilitando maior abrangência na identificação da literatura pertinente ao tema investigado.

Para a localização dos estudos, foram utilizados descritores relacionados à temática, tais como “Atenção Primária à Saúde”, “políticas públicas de saúde”, “Sistema Único de Saúde” e “organização dos serviços de saúde”, combinados por meio de operadores booleanos como AND e OR. Essa estratégia permitiu refinar e ampliar as buscas, garantindo maior precisão na seleção dos artigos e a recuperação de estudos alinhados aos objetivos da pesquisa.

Foram estabelecidos critérios de inclusão que contemplaram artigos científicos completos, gratuitos e disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa e com foco em estudos brasileiros. Além disso, foram considerados apenas trabalhos publicados entre os anos de 2022 e 2024, visando assegurar a atualidade das evidências e sua relevância para o contexto contemporâneo da Atenção Primária à Saúde no Brasil. Esses critérios contribuíram para a delimitação rigorosa da amostra e para a qualidade das informações analisadas na revisão integrativa.

A tabela 1 evidencia a sistematização dos processos realizados na revisão integrativa.

Tabela 1. Processos da revisão integrativa

ETAPA	DESCRIÇÃO DO PROCESSO
1. Identificação do tema e pergunta de pesquisa	Definição do tema relacionado à Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto das políticas públicas, bem como formulação da questão norteadora que orientou toda a busca e seleção dos estudos.
2. Definição das bases de dados	Seleção das bases SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, considerando sua relevância científica, abrangência e disponibilidade de artigos de acesso aberto na área da saúde pública.
3. Estratégia de busca	Utilização de descritores relacionados à APS e políticas públicas, combinados com operadores booleanos (AND e OR), permitindo maior refinamento e abrangência na recuperação dos estudos científicos.
4. Aplicação dos critérios de inclusão	Seleção de artigos em língua portuguesa, realizados no contexto brasileiro, disponíveis gratuitamente na íntegra e publicados entre os anos de 2022 e 2024, garantindo atualidade e relevância das evidências.
5. Triagem dos estudos	Leitura de títulos e resumos para verificação de adequação ao tema, seguida da exclusão de estudos duplicados, incompletos ou fora do recorte temporal estabelecido.
6. Leitura na íntegra	Análise completa dos artigos selecionados para confirmação da elegibilidade e extração das informações relevantes para a revisão integrativa.
7. Organização dos dados	Sistematização das informações extraídas dos estudos em categorias temáticas relacionadas aos fundamentos, organização e desafios da APS.
8. Análise e síntese dos resultados	Interpretação crítica dos achados, com integração dos resultados dos diferentes estudos, possibilitando a construção de uma visão abrangente sobre a Atenção Primária à Saúde nas políticas públicas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A tabela 2 expõe os principais achados obtidos na revisão integrativa, tais como: autores, objetivo da pesquisa, método da pesquisa e principais resultados da pesquisa.

Tabela 2. Síntese dos achados

Autores	Objetivo	Método	Principais resultados
Mendonça <i>et al.</i> (2023)	Analisar as mudanças recentes na política de Atenção Primária à Saúde e suas implicações para a organização das equipes no SUS	Estudo exploratório com abordagem mista, baseado em análise documental de portarias e dados secundários nacionais	Evidenciou mudanças na configuração, financiamento e organização das equipes de APS, com impactos diretos na sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família e na cobertura assistencial
Freire <i>et al.</i> (2025)	Descrever o desenvolvimento da APS no Brasil e no mundo, com	Estudo teórico-reflexivo com base em revisão narrativa da	Destacou a APS como eixo estruturante dos sistemas de saúde, com forte impacto na equidade,

	foco em marcos históricos e legais	literatura	acesso e organização do SUS, apesar de desafios na implementação prática
Souza (2025)	Analisar os desafios e perspectivas da Atenção Primária à Saúde no Brasil	Pesquisa qualitativa de base bibliográfica	Evidenciou que a APS enfrenta desafios estruturais, como falta de recursos, fragilidade na gestão e desigualdades regionais, embora mantenha papel central na organização do SUS

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A Atenção Primária à Saúde (APS) tem sido reconhecida como a principal estratégia de organização do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, com um enfoque na promoção da saúde e prevenção de doenças, e uma ênfase no atendimento integral e de longo prazo. Mendonça *et al.* (2023) reforçam que a APS é um pilar fundamental para o SUS, pois permite um atendimento mais próximo e acessível à população, ao integrar diversas ações de saúde em um único ponto de contato. Eles destacam que, ao longo dos anos, o modelo da Estratégia Saúde da Família (ESF) foi ganhando força, mas ainda enfrenta desafios para sua plena implementação em diversas regiões do Brasil.

Assim, a APS configura-se como um dos avanços mais significativos na saúde pública brasileira, mas que enfrenta barreiras estruturais e financeiras. Eles apontam que a insuficiência de recursos e a falta de profissionais qualificados em áreas mais remotas são problemas recorrentes, o que acaba comprometendo a cobertura universal da APS e resultando em desigualdades no acesso à saúde. Além disso, a falta de um financiamento adequado para a APS compromete a continuidade e a expansão dos serviços essenciais à população, prejudicando principalmente as camadas mais vulneráveis da sociedade.

Freire *et al.* (2025) apontam que, apesar de as políticas de APS estarem em constante evolução, ainda existem problemas estruturais e institucionais que impedem uma implementação eficaz. Eles sugerem que uma das principais barreiras está na fragmentação da gestão da saúde, o que dificulta a coordenação entre os diferentes níveis de atenção (primária, secundária e terciária) e entre as diversas políticas públicas voltadas à saúde. O estudo também alerta para a sobrecarga de tarefas nas unidades básicas de saúde, que acabam se tornando centros de atendimento para uma grande variedade de necessidades, o que afeta a qualidade do atendimento e a resolutividade da APS.

Mendonça *et al.* (2023) também discutem a questão da integração entre a APS e outros níveis de atenção, como a atenção secundária e terciária. Eles apontam que a desarticulação entre

esses níveis é um dos maiores obstáculos para a eficiência do SUS. A APS, ao ser a porta de entrada para o sistema de saúde, deveria estar fortemente conectada com os serviços especializados, mas muitas vezes essa integração é falha, o que leva ao aumento da demanda por atendimentos de emergência e hospitalares. A falta de uma rede de cuidado contínuo e integrado prejudica a continuidade do tratamento dos pacientes, aumentando o risco de complicações e de desperdício de recursos.

A APS pode contribuir para a equidade no sistema de saúde, desde que seja fortalecida com recursos e políticas públicas que garantam sua expansão para todas as regiões do país. Segundo os autores, é fundamental que as políticas de APS priorizem a formação e a retenção de profissionais de saúde em áreas carentes, além de oferecer condições adequadas de trabalho para os profissionais, de forma que possam desempenhar suas funções com eficiência. A melhoria nas condições de trabalho, incluindo infraestrutura adequada e suporte institucional, é vista como um passo essencial para a melhoria da qualidade da APS.

No entanto, os desafios financeiros são mencionados repetidamente por vários autores como um fator limitante. Freire *et al.* (2025) afirmam que, enquanto o Brasil tem se empenhado em aumentar a cobertura de saúde, a distribuição desigual dos recursos financeiros destinados à APS é um fator que contribui para as disparidades regionais no acesso à saúde. A insuficiência de investimentos em infraestrutura e na qualificação de recursos humanos resulta em uma sobrecarga para as unidades básicas de saúde, especialmente em regiões mais pobres, onde a demanda é maior e as condições de trabalho são mais precárias.

Freire *et al.* (2025) sugerem que o fortalecimento da APS deve ser acompanhado por uma reestruturação do modelo de financiamento do SUS, que permita maior flexibilidade e adequação aos diferentes contextos regionais. Eles propõem que o financiamento da APS seja descentralizado, com maior autonomia para os gestores locais, permitindo que as particularidades de cada região sejam consideradas na distribuição dos recursos. Isso garantiria que áreas mais vulneráveis tivessem acesso a um atendimento de saúde de qualidade, sem depender exclusivamente de políticas centralizadas que nem sempre atendem às necessidades específicas de cada local.

Souza (2025), por outro lado, observa que a descontinuidade das políticas públicas de APS é um dos maiores obstáculos à sua efetivação. O autor argumenta que, muitas vezes, as mudanças políticas e a instabilidade do governo resultam na suspensão de programas importantes para a APS, o que compromete a continuidade dos serviços e prejudica a confiança da população

no sistema de saúde. A falta de uma política pública estável, com compromissos claros de longo prazo, dificulta a implementação de ações integradas e a formação de uma rede de cuidados consistente e de qualidade.

A capacitação dos profissionais de saúde é outro aspecto amplamente discutido nos estudos. A qualificação dos trabalhadores da APS é essencial para garantir um atendimento de qualidade. No entanto, muitos profissionais enfrentam dificuldades em atualizar seus conhecimentos, especialmente em áreas mais remotas, onde a oferta de cursos e treinamentos é limitada. O autor menciona que a atualização constante dos profissionais é um dos maiores desafios para garantir que a APS seja eficaz, pois a medicina está em constante evolução e exige que os profissionais se adaptem às novas práticas e tecnologias de saúde.

Mendonça *et al.* (2023) também enfatizam a importância da educação permanente na APS, destacando que a capacitação deve ser contínua e alinhada às necessidades locais. Eles argumentam que, sem o investimento em educação e treinamento, a qualidade do atendimento prestado nas unidades básicas de saúde fica comprometida. Isso é especialmente preocupante em regiões de difícil acesso, onde as unidades de saúde enfrentam problemas de escassez de profissionais qualificados e de infraestrutura inadequada. As estratégias de educação permanente são fundamentais para superar essas deficiências e garantir que a APS seja um serviço de qualidade para todos.

Freire *et al.* (2025) também discutem a necessidade de uma maior integração da formação acadêmica com as necessidades reais da prática na APS. Eles sugerem que a educação dos profissionais de saúde deve ser mais voltada para a realidade da atenção primária, com ênfase na resolução de problemas comuns na prática diária das unidades de saúde. A preparação dos futuros profissionais para lidar com a complexidade das necessidades de saúde da população deve ser uma prioridade nas políticas educacionais, de forma que os profissionais possam estar melhor preparados para enfrentar os desafios da APS no contexto do SUS.

Outro aspecto importante levantado pelos autores é a organização das equipes de saúde. A APS, ao ser um modelo que privilegia o cuidado integral, exige uma abordagem interprofissional, com equipes de saúde compostas por profissionais de diferentes áreas. De acordo com Freire *et al.* (2025), as equipes de saúde devem ser bem coordenadas e trabalhar de forma colaborativa, para garantir um cuidado mais eficiente e contínuo. A comunicação entre os membros da equipe, o planejamento conjunto e a definição de responsabilidades claras são fundamentais para o sucesso da APS.

Mendonça *et al.* (2023) acrescentam que, embora a organização das equipes de saúde seja um aspecto positivo da APS, ainda há falhas em sua implementação. Muitas vezes, as equipes não são bem estruturadas, faltam profissionais especializados ou não há uma coordenação eficaz entre os membros da equipe. Esses problemas acabam afetando a qualidade do atendimento, especialmente em regiões onde a demanda é alta e a oferta de serviços é limitada. O desafio, portanto, está em garantir que as equipes de saúde funcionem de maneira integrada, com uma divisão de tarefas clara e uma atuação coletiva para atender às necessidades da população.

Freire *et al.* (2025) também apontam que a APS precisa se adaptar às novas realidades do sistema de saúde e das necessidades da população. O autor sugere que, para garantir sua eficácia, é preciso estar atento às mudanças demográficas e epidemiológicas, incluindo o envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas. A APS deve ser capaz de lidar com essas novas demandas de saúde, garantindo que o sistema de saúde seja mais proativo e menos reativo, antecipando problemas e oferecendo cuidados de maneira mais organizada e eficiente.

No entanto, a implementação de uma APS robusta e efetiva ainda enfrenta desafios consideráveis, especialmente em termos de financiamento e de gestão. Souza (2025) argumenta que a falta de recursos suficientes, bem como a falta de uma gestão eficiente, são obstáculos significativos para a consolidação da APS no Brasil. Para o autor, a melhoria da gestão das unidades de saúde e o aumento do financiamento são condições essenciais para garantir a sustentabilidade e a qualidade da APS a longo prazo.

Finalmente, a avaliação dos resultados obtidos ao longo do tempo e o monitoramento contínuo das ações de APS são aspectos cruciais para garantir a melhoria dos serviços prestados. Mendonça *et al.* (2023) destacam que, para que a APS seja eficaz, é necessário não apenas um planejamento adequado, mas também uma avaliação contínua dos resultados, a fim de identificar as áreas que necessitam de ajustes e melhorias. As métricas de desempenho, como a satisfação dos pacientes, a redução de internações e a melhoria dos indicadores de saúde, são fundamentais para mensurar o impacto da APS.

Freire *et al.* (2025) reforçam que a avaliação da APS deve ser feita de forma sistemática e estruturada, com a utilização de ferramentas adequadas para medir a qualidade dos serviços prestados. Isso inclui a implementação de indicadores de saúde que permitam monitorar a eficácia dos programas de APS e identificar possíveis falhas ou áreas que exigem atenção especial. A avaliação deve ser uma parte integrante do processo de gestão da APS, ajudando a melhorar continuamente a qualidade dos serviços oferecidos.

Outro ponto importante discutido pelos autores é a necessidade de ampliar a participação da população nas decisões sobre os serviços de saúde. Souza (2025) argumenta que a participação ativa da comunidade é essencial para garantir que a APS atenda às reais necessidades da população. Isso pode ser feito por meio da criação de mecanismos de feedback e de consulta à comunidade, permitindo que os cidadãos tenham voz na definição das políticas de saúde e na organização dos serviços de APS em suas regiões.

A APS tem um potencial significativo para transformar o sistema de saúde brasileiro, mas para que isso aconteça, é necessário um esforço conjunto entre governo, profissionais de saúde e a sociedade. Eles enfatizam que a implementação de políticas públicas eficazes depende de um compromisso político constante e do envolvimento da sociedade na construção de soluções para os desafios da APS.

A análise dos estudos aponta para a necessidade de melhorar a gestão e o financiamento da APS, investir em educação permanente para os profissionais de saúde, fortalecer a coordenação das equipes e ampliar a participação da população. Somente com esses esforços será possível garantir que a APS se consolide como um modelo eficaz de atenção à saúde no Brasil.

Com isso, fica evidente que, apesar dos avanços conquistados, a APS ainda enfrenta muitos desafios, e sua consolidação depende de uma série de ações integradas e coordenadas, que envolvem tanto o poder público quanto a sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar a Atenção Primária à Saúde (APS) no contexto das políticas públicas, investigando seus fundamentos, a organização dos serviços e os desafios enfrentados para sua consolidação e efetividade no sistema de saúde brasileiro. Através da revisão integrativa da literatura, foi possível sintetizar e discutir os principais aspectos que envolvem a APS, considerando as contribuições dos diferentes estudos revisados e as implicações para o fortalecimento desse modelo de cuidado.

Em relação aos fundamentos da APS, a pesquisa corroborou com a ideia de que a Atenção Primária é a base do Sistema Único de Saúde (SUS) e um pilar estratégico para garantir o acesso universal e integral à saúde. Diversos autores, como Mendonça *et al.* (2023), destacam que a APS tem como princípios a universalidade, a equidade e a integralidade, promovendo cuidados que vão além do tratamento das doenças, abrangendo a prevenção e a promoção da saúde. A APS

também se caracteriza por sua capacidade de organizar e coordenar o cuidado, funcionando como uma porta de entrada para o SUS e garantindo a continuidade do atendimento ao longo do tempo.

Quanto à organização da APS, a pesquisa revelou que, apesar de ser amplamente reconhecida como um modelo eficiente de atenção à saúde, a organização dos serviços ainda enfrenta desafios significativos, especialmente nas regiões mais afastadas e carentes. A análise dos estudos revisados indicou que, embora a Estratégia Saúde da Família (ESF) tenha ampliado a cobertura da APS no Brasil, a implementação de uma estrutura sólida e bem organizada ainda depende de fatores como financiamento adequado, treinamento contínuo dos profissionais de saúde e integração entre os diferentes níveis de atenção (primário, secundário e terciário). A falta de recursos financeiros e a desigualdade na distribuição dos serviços são pontos críticos destacados por Freire *et al.* (2025) e Souza (2025), que apontam para a necessidade urgente de reestruturar o financiamento da APS para que ela seja capaz de atender todas as regiões do país de forma equitativa e eficaz.

Em relação aos desafios da APS, a pesquisa identificou que a Atenção Primária à Saúde enfrenta obstáculos significativos, tanto estruturais quanto institucionais. A sobrecarga de trabalho nas unidades básicas de saúde, a escassez de profissionais qualificados em áreas remotas e a desarticulação entre os diferentes níveis de atenção são alguns dos desafios mais frequentemente mencionados na literatura. Mendonça *et al.* (2023) destacam que, para a APS ser efetiva, é essencial que haja um esforço conjunto para garantir maior investimento em infraestrutura, aumentar a formação e a retenção de profissionais de saúde, e promover uma gestão mais eficiente dos serviços. Além disso, a continuidade das políticas públicas de APS também é um desafio importante, visto que a instabilidade política e a falta de comprometimento governamental podem afetar a implementação e a manutenção de programas essenciais para o sucesso da APS, conforme apontado por Souza (2025).

Por fim, a pesquisa conclui que a Atenção Primária à Saúde no Brasil desempenha um papel central na organização do sistema de saúde, mas sua efetivação plena depende de uma série de medidas integradas e de longo prazo. A melhoria da infraestrutura das unidades de saúde, o aumento do financiamento destinado à APS, a capacitação contínua dos profissionais e a articulação entre os diferentes níveis de atendimento são fundamentais para superar os desafios identificados e garantir que a APS cumpra seu papel de promover saúde, prevenir doenças e coordenar o cuidado de forma integral. Assim, os resultados da pesquisa reafirmam a necessidade de fortalecer a APS como uma política pública estratégica, que pode contribuir para a redução

das desigualdades em saúde e para a construção de um sistema de saúde mais justo e acessível para toda a população brasileira.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Júlio César Guimarães; SILVA, Silvia Lanziotti Azevedo da; BRITO, Geraldo Eduardo Guedes de. O desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde no Brasil e no mundo: contexto histórico, tipologias e marcos legais. **Revista Sustinere**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1046–1077, 2025.

LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; MENDEZ, A. V.; SCHIAVAO, L. J. V.; SOARES, A. R. N.; SOUZA JÚNIOR, S. O. de; VILELA, C. R.; BEZERRA, I. G. S. Gestão em Saúde: as Contribuições das Pesquisas de Satisfação e de Clima Organizacional para a Qualidade de Vida no Trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5144, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5144.

LIMA, L. A. O. *et al.* Quality of life at work in a ready care unit in Brazil during the covid-19 pandemic. **International Journal of Research -GRANTHAALAYAH**, [S. l.], v. 8, n. 9, p. 318–327, 2020. DOI: <https://doi.org/10.29121/granthaalayah.v8.i9.2020.1243>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JUNIOR, GOMES, O. V. O. Saúde mental e esgotamento profissional: um estudo qualitativo sobre os fatores associados à síndrome de burnout entre profissionais da saúde. **Boletim de Conjuntura Boca**, 2023. <https://doi.org/10.5281/zenodo.10198981>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES, P. L.; SILVA, R. T. Applicability of the Servqual Scale for Analyzing the Perceived Quality of Public Health Services during the Covid-19 Pandemic in the Municipality de Três Rios/RJ, Brazil. **International Journal of Managerial Studies and Research (IJMSR)**, v. 12, p. 17-18, 2024. <https://doi.org/10.20431/2349-0349.1208003>

LIMA, L. A. O.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L.; SILVA, L. L. Estresse ocupacional em período pandêmico e as relações existentes com os acidentes laborais: estudo de caso em uma indústria alimentícia. **RGO - Revista Gestão Organizacional**, 17(1), 34-47, 2024. <http://dx.doi.org/10.22277/rgo.v17i1.7484>.

LIMA, L. A. O. Estigmatização do HIV nas relações e formas de trabalho: Uma revisão integrativa de literatura. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, p. 1497-1506, 2024. <https://doi.org/10.56238/levv15n38-096>

LIMA, L. A. O.; GOMES FILHO, T. A. Gênero, sexualidade e trabalho: Heteronormatividade e o assédio moral contra homossexuais no contexto organizacional. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 15, p. 1488-1496, 2024. <https://doi.org/10.56238/levv15n38-095>

LIMA, L. A. de O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. GOMES, O. V. de O. SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. **Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 9, 2025. DOI: 10.36692/V17N2-93R

LIMA, L. A. de O.; MARTA, J. M. J. Inovação e controle de gestão no varejo: contribuições da inteligência artificial em sistemas de CRM para decisões estratégicas baseadas em dados. **Revista Gestão Organizacional**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 113–136, 2025. DOI: 10.22277/rgo.v18i3.8726.

LIMA, L. A. de O.; PARENTE, A. M. B.; LEIMANN, A. H.; SCHIAVAO, L. J. V.; MAIA, L. A.; SOUSA, F. B. da S.; ARAÚJO, T. S. S.; SOUSA, G. C. Gestão na Saúde Pública: Contribuições da Inteligência Artificial para a Otimização dos Processos e Tomada de Decisões. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 16, n. 9, p. e5243, 2025.

LIMA, Lucas Alves de Oliveira; DA SILVA, Avelar Alves; DE LIMA, Tamires Mélo; PONTES, Marcelo Campos; DE SOUSA, Karine Lima; AZEVEDO, Miguel Tourinho. Programa Saúde na Escola (PSE): Integrando políticas públicas de saúde e de educação. **LUMEN ET VIRTUS**, [S. l.], v. 15, n. 40, p. 4386–4393, 2024. DOI: 10.56238/levv15n40-021.

LIMA, L. A. de O.; LEITE, J. V. F.; PINTO, G. C. O.; FRANCO, T. G. R.; FREITAS, C. L. de. Gestão Estratégica de Recursos no Sistema Único de Saúde (SUS): Desafios e Estratégias Administrativas. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 16, n. 10, p. e5320, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i10.5320

LIMA, L. A. O.; SILVA, L. L.; DOMINGUES JÚNIOR, P. L. Qualidade de Vida no Trabalho segundo as percepções dos funcionários públicos de uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **REVISTA DE CARREIRAS E PESSOAS**, v. 14, p. 346-359, 2024. <https://doi.org/10.23925/recape.v14i2.60020>

LIMA, L. A. O. *et al.* Os desafios na formação de profissionais de saúde no Brasil. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, p. 05-15, 2025. <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2025v7n5p05-15>

LIMA, L. A. O. *et al.* INFORMATIZAÇÃO EM SAÚDE: AVANÇOS TECNOLÓGICO E A MODERNIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 16, p. 5102-5111, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n48-042>

LIMA, L. A. O. *et al.* GESTÃO HUMANIZADA EM SAÚDE E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 16, p. 1009-1019, 2025. <https://doi.org/10.56238/levv16n45-027>

MENDONÇA, Fernanda de Freitas; LIMA, Luciana Dias de; PEREIRA, Adelyne Maria Mendes; MARTINS, Caroline Pagani. As mudanças na política de atenção primária e a (in)sustentabilidade da Estratégia Saúde da Família. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 137, p. 13-30, abr.-jun. 2023.

SOUZA, Rogeria Carla Alves de. Desafios e perspectivas da Atenção Primária à Saúde no Brasil. **Revista Cedigma**, v. 3, n. 6, p. 1-10, 2025.